

# UNIDADE

Sindicato dos  
**JORNALISTAS**  
NO ESTADO DE SÃO PAULO

**CUT** BRASIL  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



## As lutas e desafios da **mulher** **jornalista**

Profissionais compartilham  
as experiências de conciliar  
trabalho e família no cotidiano

pág. **6 e 7**

### **Campanha Salarial**

Jornalistas fecham acordo com  
empresas de Rádio e TV

pág. **8**

### **Unidade entrevista**

Rose Nogueira: 50 anos de  
jornalismo e direitos humanos

pág. **11**

### **Sindicalização**

Campanha chama a categoria  
para fortalecer o Sindicato

pág. **4 e 5**



## SJSP e o leitor

**Fernando G.:** Há quantas anda a questão da negociação do reajuste de Rádio e TV?

**SJSP:** A Convenção Coletiva 2015-2017 foi fechada depois de 16 meses de negociações com os empresários. Confira os detalhes do acordo aprovado pelos jornalistas na página 8.

**Marcello B.:** Desejo me sindicalizar, trabalho na área desde 2013 e posuo MTb. Porém ainda não consegui concluir a graduação em jornalismo.

**SJSP:** Quem tem MTb e não tem diploma de jornalismo também pode se sindicalizar, mas é necessária a comprovação de exercí-

cio da profissão, de forma remunerada e habitual, nos últimos 12 meses. Para outras informações, contate diretamente o atendimento do SJSP pelo telefone (11) 3217-6299, das 8h30 às 17h30, ou enviando mensagem por e-mail para atendimento@sjsp.org.br. E nas páginas 4 e 5 saiba mais sobre a Campanha Permanente de Sindicalização, lançada em março.

**Wilson R. G.:** Fui associado nos anos 1970, fiquei fora do país alguns anos, não renovei a minha matrícula e agora tenho a intenção de voltar ao Sindicato. Como devo proceder?

**SJSP:** Você pode se sindicalizar preenchendo a

ficha disponível no site [www.sjsp.org.br](http://www.sjsp.org.br). Como você já foi associado, seu cadastro está no Sindicato e as informações precisam ser atualizadas. Após o envio da ficha, o Sindicato entrará em contato para completar o processo de sindicalização.

## Erramos

Diferente do informado na matéria "Diário de S. Paulo atrasa salários novamente e profissionais suspendem atividades", na página 9 da última edição do Unidade, os jornalistas não suspenderam as atividades, mas, sim, realizaram uma assembleia para discussão dos atrasos e das condições de trabalho no jornal.

# UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

### Diretoria Executiva

#### Presidente

Paulo Leite Moraes Zocchi

#### Secretário Geral

André Luiz Cardoso Freire

#### Secretária de Finanças

Cândida Maria Rodrigues Vieira

#### Secretário do Interior e Litoral

José Eduardo de Souza

#### Secretária de Cultura e Comunicação

Lílian Mary Parise

#### Secretária de Relações Sindicais e Sociais

Clélia Cardim (Telé)

#### Secretária de Sindicalização

Ana Flávia Marques da Silva

#### Secretário Jurídico e de Assistência

Vitor Ribeiro

#### Secretária de Ação e Formação Sindical

Evany Conceição Francheschi Sessa

### Conselho de Diretores

Alan Felisberto Rodrigues, Vladimir Francisco de Miranda Filho, Thiago Cianga Tanji, Ricardo Vital, José Augusto Camargo, Ana Maria Minadeo de

Moura, Michele Barros, Priscila Chandretti Vicente Vaz e Edvaldo Antonio de Almeida

#### Diretores Regionais

##### ABCD

Peter Suzano Silva

##### Bauru

Sérgio Luis Pais de Oliveira

##### Campinas

Agildo Nogueira Júnior

##### Piracicaba

Martim Vieira Ferreira

##### Ribeirão Preto

José Francisco Pimenta

##### Santos

Glauco Ramos Braga

##### São José do Rio Preto

Sérgio Sampaio

##### Sorocaba

Fabiana Caramaz

##### Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares Andrade

##### Oeste Paulista

Tânia Brandão

### Conselho Fiscal

#### Titulares

Rose Nogueira, James Membrides Rúbio e Flávio Carrança

#### Suplentes

Raul Antonio Varassin e Sylvio Micelli

### Comissão de Registro e Fiscalização (Corfep)

#### Titulares

Alan Ricardo Covas, Douglas Amparo Mansur e Marlene Bergamo

**Suplentes** Solange Aparecida Melendez e Márcia Quintanilha

#### Diretores de Base

##### ABCD

Carlos Eduardo Bazilevski, Érica Aragão Peixoto, Manoel Alves dos Santos, Vilma Amaro e Roberto Parizotti

##### Bauru

Ricardo Epifânio de Santana, Luis Victorelli, Ieda Cristina Borges e Joanna Brandão P. de Andrade

##### Campinas

Hugo A. Gallo Mantellato, Fernanda de Freitas, Marcos R. Alves e Manoel de Brito F. Neto

##### Oeste Paulista

Altino Oliveira Correia, Everton dos Santos, Sérgio Borges e José dos Reais

##### Piracicaba

Adriana Ferezim dos Santos, Patricia Moraes Sant'ana Amancio, Paulo Roberto Botão, Poliana Salla Ribeiro e Vanderlei Antonio Zampaulo

##### Ribeirão Preto

Aureni Menezes, Antonio Claret Gouvea, David Batista Radesca, Fábio Lopes, Nilton Pinat Júnior e Ronaldo Augusto Maguetas

##### Santos

Carlos Alberto Rattton, Diogo de Oliveira Caixote, Denise Beatriz Neves, Eraldo José dos Santos, Emerson Pereira Chaves, Reynaldo Salgado e Luigi Bongiovanni

##### São José do Rio Preto

José Luis Lançoni, Igor Sorenti e Jocelito Paganelli, Harley Pacola e Arnaldo de Freitas Vieira.

##### Sorocaba

Aparecida Vitalina Muniz, José Antonio Rosa e Riana Kelly Pires Martins

##### Vale do Paraíba

Bruna Briti Vieira Guimarães, Camões Ribeiro do Couto Filho, Nilton Cardim e Vanessa Gomes de Paula.

### Comissão de Ética

Denise Fon, Roland Marinho Sierra, Flávio Tiné, Fernando Jorge, Antonio Funari Filho, João Luis Marques, Franklin Valverde, Lúcio França, Rodrigo Sérvulo.

### EXPEDIENTE

#### Diretora responsável:

Lílian Parise (MTb 13.522/SP)

#### Editora:

Flaviana Serafim (MTb 83.170/SP)

#### Diagramação:

Victor Paoluk

### Conselho Editorial:

Jaqueline Lemos, Luiz Carlos Ramos, Laurindo Leal Filho (Lalo), Assis Ângelo, Renato Yakabe e Adunias Bispo da Luz.

Impressão: Bangraf - Tiragem: 5.000 Fone (11) 2940-6400

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do Sindicato.

Rua Rego Freitas, 530 - sobreloja CEP 01220-010 - São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

[sjsp.org.br](http://sjsp.org.br)

[unidade@sjsp.org.br](mailto:unidade@sjsp.org.br)

[/JornalistasSP](https://www.facebook.com/JornalistasSP)

[/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)



## Os jornalistas e o desmonte da Previdência

Em seu editorial principal de 7 de março, *O Estado de S. Paulo* investe com fúria contra os movimentos populares e sindicais que se opõem à reforma da Previdência Social. Não economiza adjetivos – como grupelhos, parasitas – para estigmatizar aqueles que ousam levantar a voz contra as propostas do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB).

Defende, em sua cruzada, que, “no mundo real”, o presidente ameaça com “perdas de cargos e sinecuras” os parlamentares da base governista que adotarem postura dissonante (tom bem diferente do que usava com os governos Lula e Dilma!). Afinal, trata-se de aprovar a qualquer custo a redução do direito à aposentadoria, “especialmente a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres”.

Compra-se de forma acrílica a ideia de que a Previdência é deficitária, como prega o discurso oficial. Ignoram-se os dados (oficiais!) que mostram que, somadas todas as fontes previstas na Constituição para o financiamento da Previdência, o valor que entra é superior ao que é gasto (*veja matéria na pág. 9*) – como a CUT, o Dieese e tantas outras entidades não se cansam de mostrar a toda a sociedade.

Mais reveladora ainda no

noticiário do *Estadão* é a ausência total de menção aos problemas causados à Previdência pela sonegação de centenas de bilhões de reais pelos empregadores e a bilionária desoneração fiscal, iniciada no governo anterior. Esse ponto merece destaque, pois as empresas de comunicação estão entre as que recebem o maior benefício no rol dos segmentos desonerados. Ao mesmo tempo em que Temer fala em reduzir o acesso à aposentadoria para a grande massa dos brasileiros, destina dinheiro da Previdência a certo número de empresas – entre as quais as de jornais, revistas, televisão e rádio –, desfalcando parte do bolo previdenciário. Para piorar, não há o compromisso de qualquer contrapartida, como garantia de empregos ou de nível real dos salários. Naturalmente, não ocorre aos donos do jornal informar aos seus leitores que, se a Previdência tem problemas, alguns são oriundos de medidas que os beneficiam diretamente.

Fortemente dependentes dos bancos, as empresas de comunicação, ao se colocarem a favor da restrição à aposentadoria dos brasileiros, não escondem sua opção por ampliar um mercado milionário e rentável: o da Previdência privada. Nele,

os assalariados colocam seus recursos por décadas nas mãos das instituições financeiras, esperando ter uma reserva no final da vida.

No final das contas, não é à toa que, enquanto os donos do jornal gastam tinta para promover tal posição, o Sindicato dos Jornalistas se some ao conjunto do movimento sindical e social na defesa de uma aposentadoria digna e solidária.

Os jornalistas foram duramente prejudicados nessa questão nos últimos anos. Em 1996, uma Medida Provisória do governo Fernando Henrique derrubou a aposentadoria especial que havia sido conquistada pela categoria em 1959. Do dia para a noite, o INSS passou a agir como se ela nunca tivesse existido: nega-se a contar de forma diferenciada o período em que o jornalista trabalhou sob o regime anterior. Por conta disso, centenas de profissionais integram uma ação judicial do Sindicato exigindo a contagem de tempo diferenciada. Por ora, a ação descansa em alguma gaveta, enquanto uma alta instância da Justiça Federal toma uma decisão para balizar os casos semelhantes em nível nacional. As mulheres jornalistas – bem como o conjunto das trabalhadoras – são ainda mais

atingidas, como evidenciou um debate realizado pelo SJSP em março, pois fazem dupla jornada e estão vendo o direito à aposentadoria piorar de forma inédita.

Quando a direção de nosso Sindicato tomou uma posição firme contra o golpe de Estado que levou Temer à presidência, no ano passado, houve jornalistas que discordaram. À época, dissemos que víamos no golpe um claro conteúdo antinacional e contra os direitos sociais e trabalhistas. Em nossa opinião, estamos agora assistindo à confirmação disso. Fazemos um convite – e também um apelo – aos jornalistas para nos somarmos às mobilizações contrárias ao alastramento da terceirização, à redução dos direitos trabalhistas, ao desmonte da Previdência. Essa “ponte” leva ao desastre para quem vive do trabalho e do salário, como nossa categoria.

O movimento sindical debate a organização de um calendário de mobilizações, incluindo uma Greve Geral, para que os trabalhadores possam se opor ao desmonte geral de seus direitos protagonizado pelo governo ilegítimo. Estaremos juntos, pois seu sucesso é do maior interesse para o conjunto dos jornalistas.

**Direção do SJSP**



# Campanha Permanente de Sindicalização: Nova etapa chama categoria a fortalecer a luta

Crise econômica e política complicam cenário para campanhas salariais.  
Mobilização é fundamental para manutenção de direitos.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJSP) lançou em março a nova etapa da Campanha Permanente de Sindicalização. A partir deste mês, diretores e diretoras estão visitando redações de todas as regiões paulistas, dialogando sobre a importância da entidade como instrumento de organização das lutas por direitos e melhores condições de trabalho para toda a categoria.

Na primeira semana de março, os sindicalistas visitaram as redações da *Agência Estado*, *Empresa Brasil de Comunicação* (EBC), *Editora Abril* e *Valor Econômico* e o calendário de ações prossegue na capital, no interior e litoral do estado de SP.

A sindicalização é o que garante ao SJSP manter as atividades para conquistar mais direitos e promover a luta organizada, além da participação ativa nas mesas de negociação

de Campanha Salarial.

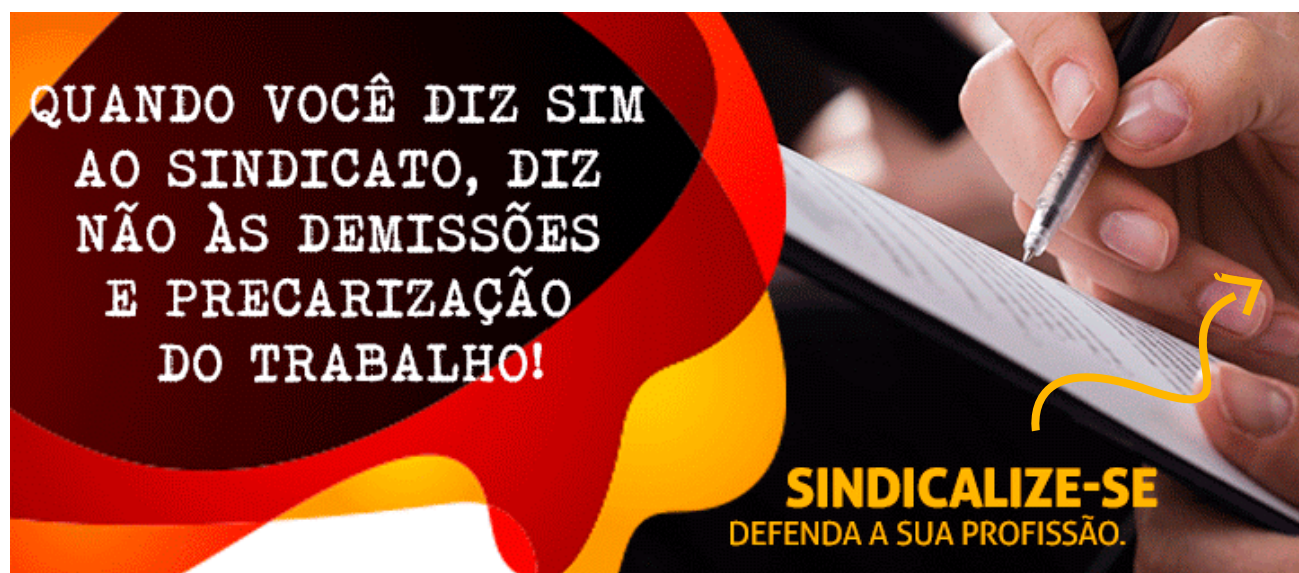
A sustentação do Sindicato também mantém a atuação da área jurídica que é especializada na profissão de jornalista e, ainda, os cursos, parcerias e convênios que beneficiam a todos os associados ao SJSP.

Para os jornalistas da capital, a mensalidade do associado é de R\$ 58 – na prática, apenas R\$ 32 a mais dos que os R\$ 26 de contribuição assistencial obrigatória que é

descontada todo mês do profissional, mesmo que não seja sindicalizado.

Para os jornalistas do interior e litoral, a mensalidade é R\$ 34, ou seja, R\$ 21 a mais que a contribuição de R\$ 13 para os trabalhadores da região.

É mais uma motivo para a sindicalização, pois a mensalidade já inclui o valor da contribuição assistencial compulsória com a vantagem de garantir um conjunto de benefícios.



## Direitos conquistados

Entre os direitos históricos conquistados pela luta do Sindicato estão a jornada de cinco horas e o piso salarial dos jornalistas, além de vitórias alcançadas com mobilização nos últimos tempos.

Na capital, o SJSP obrigou

a *Editora Abril* e o *Portal Uol* a contratar profissionais que eram freelancers e Pessoas Jurídicas (PJs), e pressionou por pagamentos devidos no *Estado* e no *Diário de S.Paulo*.

O Sindicato também conseguiu reverter demissões em

veículos como *A Tribuna*, de Santos, e a *Rede Anhanguera de Comunicação* (RAC), de Campinas. Nas campanhas salariais, outra ação importante foi a organização de greve na *Rádio e TV Cultura* e de protesto na *Rede Globo*.

### Como se sindicalizar?

- 1 Preencha a ficha resumida de sindicalização acessando <http://bit.ly/sindicalizajornalista> ou o site [www.sjssp.org.br](http://www.sjssp.org.br)
- 2 Após o envio do formulário, o jornalista será contatado pelo Sindicato para completar a sindicalização enviando os documentos necessários:
  - Cópia do RG e CPF;
  - Cópia da Carteira de Trabalho (página da foto, da qualificação civil e do MTb);
  - Cópia do diploma\* (frente e verso);
  - Comprovante de residência;
  - 1 foto 3 x 4.

\*Quem tem MTb, mas não tem diploma de jornalismo, também pode se sindicalizar. Neste caso, deve comprovar o exercício da profissão, de forma remunerada e habitual, nos últimos 12 meses.

### Pré-sindicalização

Estudantes de jornalismo e recém-formados também podem se pré-sindicalizar no SJSP.

Basta preencher o formulário no <http://bit.ly/sindicalizaEstudante>



## Qual a importância do Sindicato e de ser sindicalizado?



### Juca Kfoury

“Quando me sindicalizei, nos anos 1970, o Sindicato era uma trincheira na luta pela redemocratização no Brasil. Hoje tem as duas faces do que imagino que deve ser a luta sindical – um situação econômica desgraçada e, de novo, um Sindicato que precisa ser uma trincheira pela democracia e para a luta dos direitos humanos”.

### Paulo Moreira Leite

“O Sindicato volta a ter um papel muito grande e insubstituível porque hoje a categoria está vivendo uma situação quase de um pré-capitalismo porque não se tem mais emprego, nem registro profissional, você é quase como um ‘avulso’. O trabalho informal virou quase uma regra e, se você não tiver uma entidade para defender seus direitos e interesses, vamos viver assim, em trabalho precário, exercido nas piores condições, com um jornalismo no limite do impraticável”.

## Sindicato dos Jornalistas comemora 80 anos de fundação em abril

Fundado em 15 de abril de 1937, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) completa 80 anos no próximo mês e convida a todos e todas para participar da programação comemorativa.

No dia 17 de abril (segunda-feira), o aniversário do Sindicato será celebrado com ato solene no Auditório Vladimir

Herzog, na sede da entidade, na Rua Rego Freitas nº 530, centro da capital.

No dia 27 de abril (quinta-feira), tem ato solene na Câmara Municipal de São Paulo em homenagem aos 80 anos do Sindicato e ao Dia do Jornalista, comemorado anualmente no dia 7 de abril.

Ao longo do mês, o SJSP

também promove palestras, debates, homenagens e os diretores e diretores da entidade visitam as universidades para dialogar com os estudantes de jornalismo.

Com cerca de quatro mil associados e dez regionais em todas as regiões paulistas, o SJSP é o maior da categoria no país e promove a luta organizada dos jornalistas para a

conquista de direitos.

Para além do mundo do trabalho, a entidade tem papel importante na sociedade brasileira por seu engajamento histórico nos embates pela democracia e pelos direitos humanos no país.

Confira a programação completa dos 80 anos acessando as redes sociais e o site: [www.sjsp.org.br](http://www.sjsp.org.br)

Confira os novos  **cursos, convênios e parcerias**

Acesse [sjsp.org.br](http://sjsp.org.br) ou ligue (11) 3217-6294

- Universidades



- Hotéis, pousadas e colônias de férias

- Planos médicos e odontológicos

- Bares e restaurantes

- Seguros



- Teatro, cinema, parques



Descontos para  **associados e dependentes**





## Mulheres jornalistas: rotina de lutas e desafios



Mariana Nadai



Lisandra Matias



Maria José Sarno

Conciliar emprego e vida pessoal é uma questão complicada para a maioria das mulheres em todas as profissões. No jornalismo o desafio é ainda maior porque, não raro, o trabalho tem hora para começar, mas não para terminar, com atividades até à noite, nos finais de semana e feriados. Jornada dupla, tripla, com algum freelance para complementar a renda, é algo comum, mas nem por isso menos complicado para as trabalhadoras.

As mulheres são maioria no jornalismo, representam 64% dos profissionais no segmento, e nas assessorias de imprensa o índice chega a 70%, segundo a pesquisa *Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país*, divulgada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em 2013.

Contudo, o percentual não indica que as mulheres jornalistas tenham conquistado melhores condições de trabalho. A maioria delas (46%) ganha até cinco salários mínimos e apenas cerca de 30% têm rendimento acima, numa profissão em que

98% da categoria tem formação superior e na qual quatro em cada dez têm pós-graduação, revela a pesquisa.

Como se não bastassem as desigualdades de gênero num mercado de trabalho em que as mulheres têm presença majoritária, outras questões impactam a carreira das jornalistas e tornam a rotina ainda mais desgastante.

O horário das escolas é incompatível com a jornada. Faltam creches, sejam públicas ou nas empresas, pois, apesar de terem o auxílio-creche garantido nas Convenções Coletivas, o valor não é suficiente quando é necessário custear a mensalidade de uma creche privada, reclamam as trabalhadoras.

Outra luta das mulheres, que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) reivindica em todas as campanhas salariais, é o direito à licença maternidade de seis meses.

Nesta reportagem, as trabalhadoras compartilham seus relatos e experiências para driblar as dificuldades da extensa rotina

e garantir a realização que buscam dentro e fora da profissão.

### Trabalho, maternidade e desigualdade

Jornalista da Elemídia, Mariana Nadai é mãe de gêmeos com dois anos de idade e diz que consegue conciliar as muitas jornadas graças o apoio do marido, com quem compartilha os cuidados com os filhos.

“Tenho uma grande sorte que é um marido participativo. Ele é freelancer e conseguimos nos estruturar para fique com as crianças quando é preciso. Mas, mesmo tendo apoio dele, sobram mais responsabilidades para a mulher são só por uma questão social, mas pela própria carência que os filhos sentem da mãe”, relata.

A falta de tempo para conciliar as tarefas é o principal desafio na opinião de Lisandra Matias, da Editora Abril, mãe de uma menina de 13 e de um menino de 10 anos. Ela conta que fica com os filhos somente de manhã, para a ida à escola, e quando volta para casa, depois das 19h30.

“Eu gostaria de estar mais próxima deles, para acompanhar melhor o crescimento e o desenvolvimento. Tenho um pouco de culpa de não estar mais presente. Uma coisa positiva é que meu marido é professor e tem um horário mais flexível. Então, ele fica uma boa parte do tempo com eles”, relata.

Para Lisandra, uma das consequências de combinar maternidade e trabalho é a sensação de “estar sempre devendo. Parece que não consigo fazer nada plenamente, nem ser uma ótima mãe, nem ser uma ótima profissional, exatamente porque tem o outro lado que me impede de me dedicar mais. Mas acho que isso tem a ver um pouco com a minha personalidade, de querer fazer tudo sempre 100%”, afirma.

Apesar dos entraves, a jornalista destaca o gosto pela profissão e que nunca quis parar de trabalhar. “Sempre falei para eles que, claro, trabalho também para ganhar dinheiro, mas igualmente porque eu gosto e me traz realização. Acho isso bem saudável. Eles entendem e valorizam”.

## Políticas para as mulheres

Patrícia Euzélis é mãe de uma menina de 10 anos, é separada e a guarda da filha é compartilhada com o ex-marido. Ela cuida da filha no período da manhã, antes de começar a jornada das 8h às 18h como chefe de reportagem num jornal do interior paulista.

“Muitas vezes já saí da redação e voltei depois de buscar minha filha na escola. Levar trabalho para terminar casa é algo recorrente, não tem como ficar para o dia seguinte. É uma rotina muito estressante porque é difícil ainda ter que cuidar de casa. Ter algum tempo livre, só para você, é a primeira coisa que vai embora”, desabafa.

As mulheres não precisariam se desdobrar para conciliar trabalho e vida pessoal se houvesse equiparação salarial nas empresas, destaca Patrícia. “Trabalhamos para nos manter e a diferença salarial nos obriga a trabalhar mais tempo, e, por conta do machismo, temos que trabalhar mais para provar que

damos conta, que somos capazes, coisa que os homens não precisam provar”, pontua..

Para Mariana Nadai, nas empresas e na sociedade em geral, falta um olhar às especificidades femininas, pois tudo é estruturado do ponto de vista do homem.

“Em nenhum momento a mulher é vista como mulher no meio empresarial e isso não é só em relação à mãe. Temos mesmo necessidades diferentes, desde as que não conseguem levantar da cama porque têm cólicas menstruais às que se tornaram mães e têm dificuldades por conta do horário das escolas. Direitos iguais é ela parecer como homem”, critica.

Para a jornalista, faltam políticas que apoiem as trabalhadoras nesse tipo de situação, como jornada reduzida para as mães, que poderiam fazer as mesmas tarefas num tempo menor e ter mais tempo para cuidar dos filhos. Mariana aponta, ainda, o problema da discriminação sofrida por elas nas entrevistas de emprego, pois as mães são ques-

tionadas sobre a idade dos filhos e sobre quem fica responsável quando a criança adocece

Lisandra avalia que faltam creches ou um auxílio-creche com valor que realmente dê conta de pagar um bom serviço para os cuidados dos filhos. A jornalista também ressalta a importância da licença maternidade mais longa e de uma jornada de trabalho menor, principalmente nos primeiros anos de vida da criança ou se ela tem alguma necessidade especial. “Mas não vislumbro uma saída, principalmente agora, com a reforma trabalhista”, opina.

## Luta coletiva

Maria José Sarno se dedicou 31 anos ao jornalismo, dos quais 27 na Rede Globo, de onde se afastou no último mês de fevereiro. Ela também é psicóloga, mãe de um filho hoje com 33 anos, e se separou quando ele era criança. “Ele precisou ir para a escola desde cedo, o que sempre deixa as mulheres muito culpadas”, recorda.

Para lidar com a falta de tempo, Maria José destaca que um dos caminhos “é a qualidade quando não se tem quantidade. Nas oportunidades de estar com os filhos, é estar inteiramente, poder conversar. Rotina de trocas e convivências são fundamentais para driblar as dificuldades de manter o trabalho de jornalista e também as responsabilidades que se tem com a família”. Sair uma vez por semana para conversar é uma rotina que ela mantém com o filho desde que ele tem quatro anos de idade.

Segundo Maria José, faltam políticas para a sociedade brasileira como um todo porque o trabalho é um aspecto fundamental da vida, e acredita que a luta que é coletiva e não só das jornalistas.

“É preciso reunir as mulheres em torno de lutas necessárias, como ter creches para trabalhar e ter os filhos com responsabilidade de forma mais tranquila. Mas é uma luta coletiva, não só das jornalistas, que deve ser encampada também pelos homens, para creche e educação de qualidade. Não vivemos nessa dicotomia”, finaliza.

## Luta contra o golpe e reforma da Previdência marcam Dia da Mulher

Cerca de 60 mil mulheres marcharam pelas ruas do centro da capital paulista no último 8 de março, num Dia Internacional da Mulher marcado pela luta contra o golpe à democracia no país e contra a retirada de direitos trabalhistas. A mobilização teve a participação de movimentos sociais, centrais sindicais e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP).

Com bandeiras, cartazes



Dino Santos

e palavras de ordem, elas criticaram o governo golpista de Michel Temer (PMDB) e alertaram para os impactos que as trabalhadoras sofrerão caso a reforma da Pre-

vidência Social seja aprovada. A proposta estabelece os 65 anos como idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, desconsiderando as desigualda-

des de gênero históricas do país. A questão também foi tema do debate *A mulher jornalista e a reforma da Previdência*, realizado em 7 de março na sede do SJSP, na capital. O evento teve a participação de Adriana Marcolino, técnica do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e Junéia Batista, secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT.

“O caso das jornalistas, que mesmo graduadas enfrentam dificuldades no mercado de trabalho, também nos dá um exemplo dessa desigualdade. Sem contar a jornada dupla, que é uma realidade da nossa vida”,



## Rádio e TV: Campanha Salarial termina depois de 16 meses de negociações

Com 900 jornalistas nas assembleias, campanha consolida avanço na organização da categoria

Em assembleias que reuniram 900 jornalistas em todo o estado paulista, os profissionais de Rádio e TV aprovaram o fechamento da Convenção Coletiva 2015-2017 por 595 votos a favor, 296 contrários e nove votos em branco e abstenções. Pelo acordo, os salários serão reajustados em 7% retroativos a 1º de dezembro de 2016, além de 6% retroativos a dezembro

de 2015, totalizando 13,42% - índice que impõe uma perda de 5,75% contra os 19,17% acumulados pela inflação desde o último reajuste, há dois anos.

No Programa de Participação nos Resultados (PPR), será paga uma única parcela em até quatro vezes, com reajuste de 7% nos tetos das faixas salariais. O vale refeição sobe para R\$ 17,50 na capital e R\$

15,90 no interior, e o auxílio creche para R\$ 353,90. Confira os detalhes do acordo aprovado no <http://bit.ly/AcordoRTV2017>

A campanha terminou depois de 16 meses de negociação e a organização da categoria é um importante saldo, avaliam os diretores e diretoras do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP). Nas sete rodadas reali-

zadas no período 2016-2017, as assembleias e plebiscitos tiveram a participação de até 1.300 jornalistas, um marco na história do SJSP, além de protestos manifestando a insatisfação com as empresas de rádio e televisão.

Outro ponto relevante foram as dezenas de sindicalizações durante as assembleias ocorridas entre 14 e 17 de março. “A sindicalização é fundamental para reforçar o Sindicato como ferramenta eficiente na defesa dos direitos da categoria. A ação sindical não para, e em cerca de seis meses estaremos novamente em Campanha Salarial”, destaca Paulo Zocchi, presidente do SJSP.

O Dia Nacional de Paralisação, no último 15 de março, levou pelo menos 300 mil pessoas às ruas na capital paulista, mobilizadas contra a proposta de reforma da Previdência e outros projetos para retirada de direitos que tramitam no Congresso Nacional. Os protestos envolveram milhares em todo o país e nas demais regiões paulistas, reunindo movimentos sociais, centrais e sindicatos como o dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP).

“A classe trabalhadora deu o seu recado para o governo golpista de Michel Temer. Em São Paulo, várias categorias pararam e isso demonstra nossa capacidade. Ou o governo retira o projeto do Congresso Nacional ou nós vamos paralisar o país inteiro e fazer uma Greve Geral”, afirma Douglas Izzo, presidente da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT/SP).

## Mais de 300 mil ocupam as ruas de São Paulo contra a reforma da Previdência

Em todo o país, um milhão de pessoas deixam claro seu “não” às mudanças para aposentadoria e contra a retirada de direitos trabalhistas

Rovena Rosa/Agência Brasil



Pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, o tempo mínimo de contribuição para aposentaria aumenta em

66%, de 15 para 25 anos, e determina os 65 anos como idade mínima para que homens e mulheres acessem o benefício

parcial. Para a aposentadoria integral, a PEC define o mínimo de 49 anos de contribuição e 70 de idade (*leia mais na página 9*).



# “Rombo” da Previdência é fictício, afirma socióloga do Dieese

Segundo Adriana Marcolino, há um “déficit construído” que não justifica a reforma

Cadu Bazilevski



Adriana: Previdência tem fontes diversificadas para manter equilíbrio das contas

O “déficit” alegado pelo governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) para a reforma da Previdência é fictício, assim como a justificativa do envelhecimento populacional, afirma Adriana Marcolino, técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Segundo a socióloga, há um erro no cálculo das contas ao se comparar o gasto total para o pagamento das aposentadorias somente com o valor que é arrecadado pela contribuição de trabalhadores e empregadores.

Ela explica que, pela Constituição Federal, a Previdência é parte da Seguridade Social, assim como a saúde e a assistência, e, de acordo com o Artigo 195, deve ser mantida por fontes diversificadas de financiamen-

to, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Programa de Integração Social (Pis/Pasep).

A diversidade de financiamento, diz Adriana, foi pensada para garantir o equilíbrio das contas e enfrentar as flutuações dos ciclos econômicos.

“Na mídia, o que há é um déficit construído, bombardeado diariamente, e as pessoas acreditam que o sistema está quebrado por conta desse déficit fictício”, critica a socióloga.

Segundo dado divulgado pelo Tesouro Nacional, em 2015 a Previdência teria um “rombo” de R\$ 85,8 bilhões.

Mas de acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

(Anfip), calculando as despesas e as receitas da Seguridade Social a partir das fontes que a Constituição determina, o saldo é de R\$ 11 bilhões (veja o quadro).

A questão, completa Adriana, é que, desde 1989, parte dos recursos é desviada por conta das isenções fiscais e também pela Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite ao governo usar livremente 20% dos recursos arrecadados com tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas.

O mecanismo, criado em 1994 como Fundo Social de Emergência (FSE), foi adotado para estabilizar a economia na época do Plano Real, mas vem sendo prorrogado desde então.

Na prática, a DRU transfere recursos para formar superávit primário e pagar os juros da dívida pública, além do financiamento de alguns programas sociais como o Bolsa Família.

Em relação ao envelhecimento, a técnica do Dieese pontua que, segundo projeção feita pelo IBGE, a população acima dos 65 anos vai aumentar dos atuais 10% para 33,7% em 2060. Porém, a arrecadação da Previdência Social vai crescer porque, ao mesmo tempo em que aumenta a população idosa, também crescerá o bônus demográfico, ou seja, o período em que há mais adultos em idade ativa.

No período até 2060, explica Adriana, a população com até 14 anos de idade vai cair de 29,8% para 19,3%, permitindo um equilíbrio dos gastos públicos ao se direcionar recursos maiores para os idosos e menores para a população jovem.

Na avaliação da socióloga, o momento atual seria de discutir medidas e políticas para receber as pessoas com mais de 65 anos, em vez de uma reforma tão radical e excludente.

“A questão demográfica parece natural, inexorável, mas não é porque há medidas, inclusive, que aparecem na Constituição, que podem garantir que a Previdência não quebre nesse cenário”, conclui.



1 - Receitas da Seguridade Social conforme o Art. 195 da Constituição Federal

2 - Informações de 2015 divulgadas pela Anfip com base em dados oficiais do governo federal (Siafi)



## PLURALIDADE

### A mulher invisível

Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojira

Ela é a mulher que não está lá. Que não é vista, não é lembrada. Que não é símbolo de beleza, nem capa de revista. Também não é a mulher que escreve o jornal nem a que aparece na televisão. Não é ela quem dorme tranquila sabendo que seus filhos estão seguros e bem alimentados. Não é ela quem ganha mais no emprego. Nas estatísticas do feminicídio, ela não está ausente. Pelo contrário: lidera. Definida, muitas vezes, pelas negações, lacunas e ausências, ela é a mulher negra.

Por isso, neste março, lembramos a história de uma pioneira na luta pela igualdade de direitos: a educadora e jornalista Antonieta de Barros, primeira deputada negra eleita no Brasil. Nascida em 1901, em Florianópolis (SC), Antonieta se tornou deputada em 1935 – primeira eleição com voto feminino no país –, retornando ao parlamento catarinense

em 1948, como suplente convocada.

A vitória nas urnas foi resultado de uma intensa atuação social, tendo como principais bandeiras de luta o acesso à educação, a valorização da cultura negra e a emancipação da mulher. Ela fundou e dirigiu o jornal *A Semana*, entre 1922 e 1927, além de ter colaborado, com os periódicos *O Estado*, *República*, *Correio do Estado*, *A Pátria*, *O Idealista*, entre outros. Maria da Ilha – pseudônimo com o qual assinou seu único livro, *Farrapos de Ideias* – foi também cronista em sua época, denunciando abusos políticos e questionando os papéis sociais destinados às mulheres.

Antonieta de Barros morreu com dificuldades financeiras em 1952, depois de perder o cargo de diretora de escola por questões políticas. Suas principais reivindicações, no entanto, continuam atuais e urgentes.

\*A coluna Pluralidade visa tratar de questões raciais, de gênero e de identidade no jornalismo. Mande sua sugestão enviando mensagem para o e-mail: [unidade@sjsp.org.br](mailto:unidade@sjsp.org.br)

## Giro do Interior

### Campinas

Os jornalistas da *Rede Anhanguera de Comunicação* (RAC) estão em estado de greve devido ao agravamento dos atrasos nos pagamentos, que ocorrem desde o início de 2016.

Na tentativa de minimizar a situação vivida há mais de um ano pelos profissionais, a empresa se comprometeu a realizar pagamentos semanais de um quarto do salário e das férias, do crédito dos vales refeição e alimentação dos cinco dias da semana, e o 13º dividido em quatro vezes, que deveria ter a primeira parcela quitada no final de fevereiro.

Contudo, a RAC segue sem cumprir seu compromisso e até a primeira quinzena de março os trabalhadores não haviam recebido nem os pagamentos prometidos para fevereiro. O vale refeição está atrasado desde dezembro porque a rede também não cumpriu um acordo feito com a empresa que administra o benefício.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e os trabalhadores seguem mobilizados e pressionando por uma solução. A entidade tem dialogado mensalmente com a RAC desde outubro e a próxima reunião ocorre em abril.

### Marília

No *Diário de Marília*, os jornalistas enfrentam atrasos salariais e o pagamento de março es-

tava pendente até o fechamento desta edição. O jornal foi lacrado pela Polícia Federal no início de janeiro porque a família Camarina, proprietária do impresso e de duas rádios na cidade (*Diário FM* e *Dirceu AM*), está sendo investigada por suspeita de lavagem de dinheiro na Operação Aquarius, um desdobramento da Operação Lava Jato.

Os trabalhadores seguem mobilizados, realizando protestos e o SJSP move ação para garantir o pagamento dos salários e benefícios atrasados, além do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sem depósito há cerca de um ano.

A entidade também está orientando os casos em que é necessário mover ação individual para o recebimento de todos os direitos garantidos na rescisão do contrato de trabalho.

### Santos

Jornalistas e radialistas da ex-*CBN Santos* assinaram um acordo com a empresa e receberão quatro meses de salário como indenização, garantia de seis meses de plano de saúde e pagamento de todos os direitos previstos na rescisão, como 13º e férias proporcionais.

Os profissionais foram demitidos em janeiro, quando a emissora encerrou as atividades porque o grupo Alvorada, proprietário da marca *CBN Santos*, decidiu não renovar contrato com o Sistema Globo de Rádio. Os trabalhadores tiveram apoio jurídico do Sindicato para a negociação do acordo.





## UNIDADE entrevista:

### Rose Nogueira

“A história é um processo que nós registramos. Nosso trabalho é informar”

Flaviana Serafim



“Considero o jornalismo a profissão mais bonita do mundo. Nunca poderia ser outra coisa. Eu me envolvo, não esqueço as matérias que fiz até hoje”, afirma Rose Nogueira, a quarta entrevistada da série com os sindicalizados que fazem a história da profissão.

Jornalista há 50 anos, cobriu desde os festivais de música brasileira à Revolução dos Cravos, em Portugal. Trabalhou com Vladimir Herzog na TV Cultura, foi uma das criadoras da TV Mulher e editora do Jornal Nacional. Além da dedicação ao jornalismo, enfrentou a ditadura, a censurera, segue militante combativa pelos direitos humanos e é conselheira fiscal do Sindicato.

Com muita história para contar, Rose compartilha algumas experiências no Unidade e a íntegra da entrevista no [www.sjsp.org.br](http://www.sjsp.org.br)

#### Qual a importância do Sindicato para o trabalho do jornalista?

O Sindicato tem uma função ampla, mas a principal é defender os jornalistas e que sofrem muito na redação. O jornalista é um trabalhador intelectual, é um trabalhador como outro qualquer. Historicamente, o Sindicato sempre teve um papel político e, depois da morte do Vladimir Herzog, assassinado sob tortura em 1975, centralizou toda a oposição à ditadura e, já antes, com a eleição do Audálio Dantas. No último 15 de março, começou uma reação mais forte, e com a presença do Sindicato, contra esse golpe débil à democracia. O papel é sempre esse, o de fazer história e de ajudar a fazer história. É o papel histórico de luta contra qualquer tirania e hoje mesmo isso se confirma.

#### Como era ter o Vlado como colega de trabalho na TV Cultura?

Trabalhei na *Enciclopédia Abril* e, quando a publicação acabou, fui pedir emprego na *TV Cultura*, que ficava próxima. Comecei repórter fazendo matéria e me interessava muito pela editoria internacional. O Vlado disse que eu tinha jeito e começou a ensinar não só a mim, mas a todos os repórteres, a editar matéria para TV, a sonorizar. Ele era um apaixonado pela profissão e todos nós da equipe aprendíamos. Passei a me apaixonar de um jeito por televisão que queria apreender mais.

Na *Cultura* fizemos o *Hora da Notícia*, um jornal que dava o histórico de cada matéria, mostrava o que estava acontecendo e, por fazermos um bom jornal, houve uma oposição oficial muito grande. Na

Assembleia Legislativa, deputados da Arena [partido que apoiava a ditadura] diziam que a *TV Cultura* estava cheia de comunistas. Nós demos, assim como o mundo todo, a matéria do fim da guerra do Vietnã com as imagens dos americanos fugindo.

Embora fosse um jornal simples, era informativo por excelência e cobria de maneira abrangente. Com o Vlado como diretor, o jornal ganhou um espaço muito grande e visibilidade. Até que a polícia foi na casa do Vlado. Era uma sexta-feira, ele chamou a gente e falou “nós vamos fechar o jornal, vou me apresentar amanhã cedo”. No dia seguinte ele se apresentou e de noite recebi a notícia da morte do Vlado.

Entrei num parafuso porque o Vlado, aquela pessoa, aquele jornalista, professor, cineasta, não dá pra esquecer... Ele era tão forte que a ditadura teve que mudar porque oito mil pessoas foram para a Praça da Sé no culto ecumênico depois do assassinato. E no Cemitério Israelita do Butantã, o Vlado não foi enterrado junto aos suicidas, foi enterrado com os outros mortos por ter sido assassinado sob tortura pela ditadura. Jamais consegui esquecer. Na frente do meu computador tenho uma foto dele, olhando e me falando “poxa, você leva jeito...”.

#### Como você avalia o jornalismo feito hoje no Brasil?

Estou preocupada com o jornalismo porque notícias muito fortes viram registro e hoje em dia não tem suíte, não tem a continuação da matéria. Um dos fatos foi o réveillon com 56 pessoas decapitadas num presídio de Manaus, com pesso-

as sob a custódia do Estado, mas cuidadas por uma empresa terceirizada. Depois o mesmo aconteceu em outros presídios, com mais de uma centena de pessoas mortas. Ninguém fez a suíte? Ninguém divulgou o enterro, nem foi falar com as famílias?

Fico muito preocupada com a desvalorização do ser humano porque o jornalismo é feito para os homens. As matérias têm que ter esse respeito à vida, a sequência que o jornalismo brasileiro já deu de uma maneira esplêndida. Durante a ditadura, se tivesse tido um crime desses, a cobertura seria mais forte. Nós trabalhamos com fatos e a história é um processo. Somos nós que registramos esse processo, que registramos a história e temos que refletir sobre os tempos, sobre a tecnologia que é muito bem vinda. Mas nosso trabalho é informar.

#### O que você acha que aconteceu com o jornalismo para perder esse papel? O jornalista era mais combativo na época da ditadura do que é hoje?

Não sei se era mais combativo porque tinha a censura diretamente. Mas hoje vemos a expansão das redes sociais e, por acessarem as redes uma das outras, as pessoas se sentem informadas. O que aconteceu para nós jornalistas passarmos a não fazer falta? Será que estamos informando direito? A Operação Lava Jato virou pauta única dos jornais. Cadê as matérias e reportagens? Não tem outras coisas acontecendo? Quando se houve falar de outra coisa, já é uma repercussão do fato e você nem foi informado sobre a matéria original.



Arquivo/SJSP



Presença maciça dos homens no V Congresso Nacional dos Jornalistas, nos anos 1950



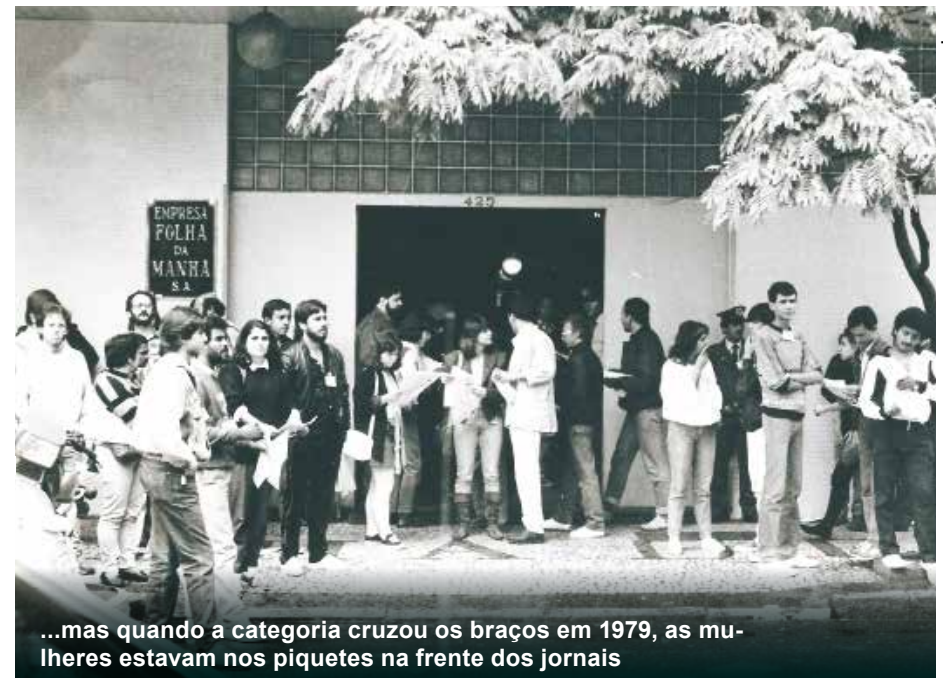
Na Campanha Salarial de 1986, mulheres lotam assembleia no Sindicato

Regina Viela

Arquivo/SJSP



Na greve de 1961, elas ainda não estavam no jornalismo...



...mas quando a categoria cruzou os braços em 1979, as mulheres estavam nos piquetes na frente dos jornais

Arquivo/SJSP

No mês que marca do Dia Internacional da Mulher, destacamos as imagens que mostram a ascensão e o empoderamento das mulheres no jornalismo em São Paulo e no Brasil.

Nas primeiras três décadas do Sindicato, fundado em 1937, a profissão estava praticamente estrita aos homens, mas as mulheres começam a ganhar espaço em meio às transformações sociais dos anos 1970.

Hoje as jornalistas representam mais de 60% da categoria e seguem no cotidiano de luta, pois, como disse Simone de Beauvoir: “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

Ferreira Junior/ABI



Na década de 1930, a diretoria do Sindicato em visita à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro



Em 2015, as jornalistas ampliam a luta ocupando a direção do Sindicato

Roberto Parizotti